

Sem mexer no leme

ARNALDO GALVÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Uma guinada na atual política econômica faria mal para o país. A opinião é de respeitados analistas ouvidos pelo **Correio**, inclusive ex-ministros da Fazenda. Mas isso não significa que eles aproveem a condução de uma política monetária tão rígida como a que o Banco Central está realizando. Há, na visão de alguns desses experientes especialistas, relação direta entre o exagero dos juros altos — a taxa básica Selic foi reduzida na semana passada de 16,5% para 16,25% ao ano — e o encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 0,2% no ano passado, o primeiro do governo Lula.

Sem fazer coro com os ataques pessoais que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recebeu na semana passada e também estabelecendo nítido contraste com pressões políticas naturais de um ano eleitoral, os economistas são duros quando analisam as consequências do aperto para produzir um superávit primário de 4,25% do PIB.

Delfim Netto, hoje deputado federal (PP-SP) e ministro da Fazenda nos governos militares de Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici (1967-1974), recomenda distinguir as medidas tomadas pelo Banco Central das adotadas pelo Ministério da Fazenda. “Desde maio de 2003, o BC poderia ser mais realista, reduzindo os juros. A meta de inflação de 8,5% fixada para 2003 foi errada porque o prazo para atingi-la era muito curto”, critica.

Mas quando comenta as sugestões de substituir o ministro da Fazenda, Delfim alerta para as consequências. “Os investidores,

nacionais e estrangeiros, se retraem com essas bobagens de mudar radicalmente a política econômica. A escolha do Palocci foi extremamente feliz. Pior que o teatro das eleições é que tem muita gente que acredita em críticas equivocadas”, lamenta.

Mais grave que os erros da condução dos juros é, segundo ele, a falta de ação de governo para estimular o crescimento. “O governo precisa convencer o empresário a tomar risco e investir. É isso que faz a economia crescer. Onde está o espírito do desenvolvimento?”, diz. Ele cita a falta de política industrial e do marco regulatório.

O deputado reconhece que Fernando Henrique Cardoso dei-

xou uma armadilha de dívida líquida que chegou a 58% do PIB. O mercado se recusa a financiar isso. A dívida externa era 3,5 vezes o valor das exportações. A amortização mais os juros da dívida externa eram dois terços das exportações. “A projeção de inflação era de 35% ao ano no início de 2003. Mas nada disso justifica uma taxa de juro real que é 2,5 vezes maior que a média mundial”, adverte.

Ilusões

O economista Maílson da Nóbrega, ministro da Fazenda de José Sarney (1988-1990), alerta que o governo perdeu muito poder de intervenção na economia. Diz que parte substancial da classe

política, do empresariado, dos líderes sindicais, dos comentaristas da mídia e dos economistas alternativos acredita honestamente que o governo, quando quiser, pode fazer o país crescer.

As propostas são conhecidas: baixar juros, promover uma desvalorização cambial, reduzir o superávit primário e aumentar a meta de inflação. No caso do PT, Maílson acrescenta o fato de esse partido ter levado um quarto de século condenando a política econômica que agora é chamado a apoiar. “São prisioneiros de épocas em que o governo podia efetivamente gerar o desenvolvimento no curto prazo porque liderava a economia ou porque a

“LIDAR COM A INFLAÇÃO É COMO ENFRENTAR UM BOM PUGILISTA. VOCÊ TEM DE ESTAR SEMPRE COM A GUARDA ALTA PARA NÃO SER NOCAUTEADO”

Afonso Celso Pastore, economista e ex-presidente do BC



ANÁLISE

Porque o Brasil não pode tomar algumas medidas drásticas na condução da política econômica

Romper com o FMI

❶ O dinheiro do FMI é importante quando ninguém quer financiar o país e isso já ocorreu muitas vezes. Brasil é sócio do fundo e tem de preservar essa relação.

Mais inflação

❷ O grande risco de tolerar mais inflação, o que poderia acelerar a retomada do crescimento, é permitir o retorno da indexação da economia, que gera mais inflação, num processo sem fim.

Baixar juros

❸ A redução brusca dos juros provoca pressão inflacionária por meio da expansão do crédito.

Gastos públicos

❹ Para respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o único caminho é reduzir o custeio do estado e transferir esses recursos para os investimentos de capital: infra-estrutura, saúde, educação, segurança, formação da mão-de-obra.

LEIA MAIS SOBRE
POLÍTICA ECONÔMICA NA

PÁGINA 8